



C A P Í T U L O 4

A cirurgia durante as Cruzadas para o Oriente: higiene, saúde e a fusão de saberes cirúrgicos greco-romano e árabe

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Christian Fausto Moraes dos Santos

Anelisa Mota Gregoleti

RESUMO: Esta pesquisa visa engendrar uma apresentação sobre as práticas cirúrgicas durante as Cruzadas para o Oriente, ocorridas entre os séculos XI e XIII. Nesse sentido, buscamos entender as causas, objetivos e impactos das Cruzadas tanto na Europa quanto no Oriente Médio, no que diz respeito a intersecção entre crenças religiosas, ambições econômicas, dinâmicas de poder e a respeito das práticas médicas cirúrgicas. O presente estudo caracteriza-se como bibliográfico, adotando uma abordagem metodológica qualitativa. Concluímos que as Cruzadas não foram apenas um conflito militar, mas um ponto de inflexão que possibilitou um intenso intercâmbio cultural e científico entre as civilizações, mudando radicalmente as dinâmicas comerciais e as práticas médicas da época. A influência da medicina árabe e os avanços nos cuidados cirúrgicos emergiram como resultados significativos desse fenômeno, refletindo uma evolução na prática médica, mesmo diante das condições adversas nas batalhas.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia; Cruzadas; Práticas curativas; Oriente; Ocidente.

ABSTRACT: This research aims to produce a presentation on surgical practices during the Crusades to the East, which took place between the 11th and 13th centuries. In this sense, we seek to understand the causes, objectives and impacts of the Crusades in both Europe and the Middle East, with regard to the intersection between religious beliefs, economic ambitions, power dynamics and surgical medical practices. This study is characterized as bibliographical, adopting a qualitative methodological approach. We conclude that the Crusades were not just a military conflict, but a turning point that enabled an intense cultural and scientific exchange between civilizations, radically changing the commercial dynamics and medical practices of the time. The influence of Arab medicine and advances in surgical care have emerged as significant results of this phenomenon, reflecting an evolution in medical practice, even in the face of adverse battle conditions.

KEYWORDS: Crusades; East; Healing Practices; Surgery; West.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomos uma análise do fenômeno histórico das Cruzadas, enfocando os eventos militares ocorridos entre os séculos XI e XIII, marcados pelas investidas dos cristãos europeus para reconquistar Jerusalém e outras terras sagradas sob domínio muçulmano. O historiador britânico Jonathan Riley-Smith examina as diversas motivações que impulsionaram os europeus a se engajarem nessas expedições, entre elas a intensa religiosidade da época, o desejo por aventura e interesses econômicos. Riley-Smith interpreta as Cruzadas não apenas como campanhas militares, mas como um fenômeno social e cultural com impactos profundos tanto na Europa quanto no mundo islâmico (Riley-Smith, 2019, pp. 30–31).

As Cruzadas, um dos eventos mais emblemáticos da Idade Média, não apenas moldaram o destino da Europa e do Oriente Médio, mas também influenciaram profundamente aspectos culturais, religiosos e sociais da época. Neste capítulo, exploraremos o contexto histórico em que elas ocorreram, analisando suas causas e objetivos, com ênfase no papel da Igreja e nas motivações religiosas que impulsionaram essas expedições. Além disso, será discutida a interação rica e complexa que ocorreu entre as culturas ocidentais e orientais, revelando como esses encontros mudaram a percepção e o conhecimento de ambos os lados.

A Igreja desempenhou um papel crucial nas Cruzadas, não apenas como catalisadora religiosa, mas também como uma instituição que promovia a união entre os reinos cristãos. Neste primeiro ponto, destacaremos as motivações religiosas que levaram os fiéis a embarcarem em jornadas longas e perigosas em busca da Terra Santa. As promessas de absolvição dos pecados e a ideia de luta sagrada foram fatores determinantes que influenciaram homens e mulheres a se mobilizarem em nome da fé cristã, contribuindo para uma nova visão do fanatismo religioso.

A interação cultural durante as Cruzadas foi outro aspecto vital a ser explorado. O contato entre os cristãos ocidentais e os muçulmanos orientais resultou em uma troca formativa de ideias, saberes, instrumentos e práticas sociais. Essa fusão de culturas provocou um enriquecimento do conhecimento europeu, especialmente em áreas como a filosofia, ciência e medicina. Portanto, examinaremos como essa intersecção contribuiu para o desenvolvimento de novos paradigmas na forma como as civilizações europeia e árabe se viam e interagiam.

Após apresentar os aspectos religiosos e culturais, abordaremos as intervenções cirúrgicas durante a Idade Média. As práticas cirúrgicas têm raízes que remontam a milênios, e os escritos de Galeno foram fundamentais na formação das bases das práticas curativas na medicina medieval. Neste segundo ponto, abordaremos como esses conhecimentos clássicos se entrelaçaram com as práticas de cura árabe, resultando em um sistema de saúde mais robusto e diversificado.

Por fim, a discussão dos cuidados cirúrgicos, incluindo a saúde, higiene e a função dos “cirurgicus” durante as batalhas, será essencial para entender as abordagens práticas do cuidado aos feridos e a evolução das técnicas cirúrgicas. Nesse sentido, descreveremos o papel dos cirurgiões no contexto das Cruzadas, ressaltando como eles contribuíam para a sobrevivência dos combatentes e como suas práticas refletiam o estado do conhecimento médico da época. Através dessa análise abrangente, buscaremos iluminar as interconexões entre as Cruzadas e o desenvolvimento da medicina, assim como a importância dessas interações na formação do mundo medieval.

A EXPEDIÇÃO DA CRUZ: CONFIGURAÇÃO E JURAMENTO CRUZADÍSTICO

O que foram as Cruzadas? Elas representaram um dos maiores conflitos em larga escala, tanto em termos geográficos quanto pela quantidade de homens e mulheres envolvidos. Esse fenômeno resultou na criação de novos assentamentos ao longo das costas orientais do Mediterrâneo, na Espanha e na região do Báltico. As Cruzadas também estabeleceram forças políticas que perduraram por mais de seiscentos anos e promoveram elementos do cristianismo que ainda hoje são considerados fundamentais, utilizados para sustentar uma causa descrita, ao mesmo tempo, como nobre e vil. Seus proponentes chegaram a afirmar que, na época, agiam com um “propósito humanitário”. Portanto, não é possível reduzir as Cruzadas a uma definição simplista ou superficial (Riley-Smith, 2019).

O historiador brasileiro, especialista em Idade média, Hilário Franco Jr., em sua obra “As Cruzadas”, também define Cruzadas como “peregrinação”, “guerra santa”, “expedição da Cruz”, em que seus participantes se consideravam “soldados

de Cristo” marcados pelo sinal da cruz e por isso bordarem uma cruz na sua roupa (Junior, 1999). Demorou-se um século para que conseguissem alguma coerência e logo depois elas foram se adaptando as circunstâncias. Nem todas as Cruzadas foram cuidadosamente elaboradas, algumas poderiam ser elaboradas em grupos muito pequenos ou serem compostas por diferentes grupos de homens que partiram em épocas diferentes, ao longo de vários anos. Com isso, não havia um termo único para descrever uma cruzada ou seus participantes (Riley-Smith, 2019, p. 104).

Desde a sua gênese, as Cruzadas foram designadas pelo termo “Crucesignati”, que se traduz como “marcados com a cruz”. Contudo, ao longo dos séculos, tais expedições também adquiriram a denominação de “peregrinos”, especialmente, mas não de forma exclusiva, quando suas campanhas se direcionavam para as regiões orientais (Riley-Smith, 2019, p. 257).

As Cruzadas constituíram uma sucessão de expedições militares que se desenrolaram entre os séculos XI e XIII, sendo as suas principais motivações de natureza política, econômica e religiosa. A urgência pela expansão territorial da cristandade, impulsionada pelo anseio de reintegrar os territórios sagrados, especialmente Jerusalém, é frequentemente apresentada como uma das justificações primordiais para a realização dessas campanhas. A captura de Jerusalém em 1099 tornou-se um símbolo potente da união da cristandade ocidental e do desejo de o cristão dominar a Terra Santa (Asbridge, 2012, p. 32).

Além das motivações religiosas evidentes, como a busca pela salvação das almas e a recuperação dos lugares sagrados, fatores econômicos também desempenhavam um papel significativo. O comércio e a busca por novas rotas comerciais eram impulsores importantes para os nobres envolvidos nas Cruzadas. As Cruzadas abriram novos mercados e rotas comerciais, permitindo que nobres e mercadores explorassem oportunidades de lucro em terras ocidentais (Timlin, 2015, p. 45).

Essas expedições foram vistas como uma forma de consolidar o poder do papado e fortalecer a Igreja Católica frente a outras influências, como o império bizantino e as conquistas islâmicas. A convocação das Cruzadas pelo papa Urbano II em 1095, em Clermont, serve como um claro exemplo desse objetivo. As Cruzadas representaram uma resposta militar ao expansionismo islâmico e um meio de reforçar a autoridade papal na Europa (Davis, 1999, p. 67).

Em suma, as Cruzadas podem ser entendidas como um fenômeno complexo, enraizado em uma intersecção de crenças religiosas, ambições econômicas e políticas de autoridade. A análise das causas e objetivos dessas expedições revela um quadro multifacetado que moldou profundamente a história da Europa e do Oriente Médio.

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DOS CRUZADOS

Sempre houve uma legião de seguidores que viajavam com o exército e era bastante frequente incorporar um grande número de soldados, cruzados profissionais ou inclusivos que viajavam para o Oriente com dinheiro (Riley-Smith, 2019, p. 258).

As Cruzadas eram custeadas tanto pelos próprios participantes quanto pela Igreja. Os nobres comprometiam seus bens, os senhores feudais contavam com o apoio financeiro de seus vassallos, os reis instituíam novos tributos, e a Igreja arrecadava donativos. Além disso, em diversas ocasiões, como ocorreu na Quarta Cruzada, os cruzados recorriam a empréstimos junto aos mercadores (Riley-Smith, 2019).

Uma prática recorrente vinculada ao movimento das Cruzadas, que não implicava necessariamente a aceitação do símbolo da cruz, consistia no compromisso dos cavaleiros em servir, por um período previamente estipulado, na Terra Santa ou em uma das ordens militares associadas. Ademais, muitos dos cruzados não se engajaram pessoalmente em campanhas bélicas. Em vez disso, recorreram a mecanismos como a “substituição” ou a “redenção”, enviando um substituto em seu nome ou contribuindo com quantias substanciais de recursos financeiros para o financiamento de expedições (Riley-Smith, 2019, p. 271).

É difícil calcular o número de participantes. Os documentos dão cifras exageradas, mais simbólicas que reais. Além do mais, misturavam-se indivíduos mais combatentes como artesãos, mercadores, mulheres, crianças. Na geral, as maiores Cruzadas não ultrapassavam os 10.000 combatentes (Riley-Smith, 2019).

Os cruzados, em decorrência dos votos assumidos e da realização das ações a eles vinculadas, passaram a usufruir de determinados privilégios, aos quais outros foram gradualmente incorporados. Dentre esses, destacavam-se a garantia de proteção aos bens e à família dos participantes durante sua ausência. As indulgências concedidas enfatizavam o caráter penitencial da Cruzada, entendida como um ato de expiação pelos pecados individuais, no qual o combate era interpretado como forma de restituição espiritual a Deus. Ressalte-se que a concessão dessas indulgências era prerrogativa exclusiva do papa e de seus representantes (Riley-Smith, 2019, p. 273).

As indulgências foram concedidas aos cruzados que partiam com o propósito de recuperar Jerusalém ou defender os territórios considerados sagrados. O Papa Calisto afirmou que a remissão dos pecados seria concedida a todos os que participassem dessas campanhas. Do mesmo modo, estendia-se esse benefício àqueles que persistiam nas expedições contra os povos eslavos. Em decorrência dessa participação, foram também assegurados diversos privilégios e imunidades aos cruzados (Riley-Smith, 2019, p. 273).

A PALESTINA E O PAPEL DO PAPADO

No âmbito das Cruzadas, os papas desempenharam um papel essencial, sendo reconhecidos como autoridades espirituais máximas da cristandade. Sua intervenção conferia legitimidade religiosa às campanhas militares, por meio da convocação de expedições e da concessão de indulgências aos participantes. Além disso, procuravam unificar os diversos reinos cristãos e mobilizar distintos grupos sociais em apoio às iniciativas cruzadísticas. Simultaneamente, exerciam considerável influência sobre a nobreza e os cavaleiros, intervindo com frequência em assuntos de cunho político (Riley-Smith, 2019).

Um exemplo disso foi o Papa Inocêncio IV, que declarou guerra contra o imperador Frederico II. A cúria papal, em muitas das expedições dirigidas a Espanha e ao mar Báltico, foram para combater hereges ou cismáticos ou mesmo os poderes seculares da Europa Ocidental e do mesmo modo para o Oriente (Riley-Smith, 2019, p. 407).

As Cruzadas eram, em sua maioria, iniciadas por iniciativa papal, uma vez que o papa, na condição de líder espiritual, assumia a responsabilidade de promovê-las, seja pessoalmente — como fez Urbano II na Primeira Cruzada —, seja por meio de representantes do clero, como ocorreu na Segunda Cruzada com São Bernardo. A definição da data de partida era estabelecida pelo papa em conjunto com um de seus enviados. No entanto, as decisões relativas às operações militares ficavam, em grande parte, a cargo dos reis ou dos principais senhores feudais. Um exemplo notável da perda de controle papal sobre o rumo das expedições foi a Quarta Cruzada, na qual o papado não conseguiu manter domínio efetivo sobre os acontecimentos (Riley-Smith, 2019).

As Cruzadas eram, em sua maioria, iniciadas por iniciativa papal, uma vez que o papa, na condição de líder espiritual, assumia a responsabilidade de promovê-las, seja pessoalmente, como fez Urbano II na Primeira Cruzada, seja por meio de representantes do clero, como ocorreu na Segunda Cruzada com São Bernardo. A definição da data de partida era estabelecida pelo papa em conjunto com um de seus enviados. No entanto, as decisões relativas às operações militares ficavam, em grande parte, a cargo dos soberanos ou dos principais suseranos feudais. Um exemplo notável da perda de controle papal sobre o rumo das expedições foi a Quarta Cruzada, na qual o papado não conseguiu manter domínio efetivo sobre os acontecimentos (Riley-Smith, 2019).

É relevante destacar que, embora a Palestina fosse uma região de tradição cristã, as Cruzadas orientais foram igualmente justificadas sob a mesma lógica das campanhas ocidentais, devido às diferenças na cultura de poder entre o Oriente e o Ocidente. Para os contemporâneos, uma Cruzada era compreendida como uma expedição legitimada pelo papa, realizada em nome de Cristo, na qual os

participantes mais destacados prestavam juramento formal. Em razão disso, esses cruzados usufruíam de privilégios espirituais e temporais, como o uso da cruz como símbolo de sua missão, proteção de seus bens e familiares, bem como a concessão de indulgências (Riley-Smith, 2019, p. 40).

Quando a campanha não tinha o Oriente como alvo, essa indigência assemelhava-se àquela das Cruzadas que se dirigiam à Terra Santa. Tal fato possibilita a identificação daquilo que foi considerado uma Cruzada, no entanto, restringe a análise a níveis mais profundos. Embora diversas expedições oriundas do Ocidente e do Oriente tenham sido catalogadas como peregrinações, elas também se configuravam como conflitos bélicos. Essas iniciativas valiam-se das concepções cristãs para legitimar o uso da força, de tal modo que a luta armada se torna passível de justificativa (Riley-Smith, 2019).

A GUERRA JUSTA E A GUERRA SANTA

A partir desse contexto, estabelece-se a teoria da Guerra Justa, a qual reconhece a violência como um mal necessário. Mas ela estava sob circunstâncias extremas e regidas por normas rigorosas. Foi legitimada, desde que o divino a considere passível de perdão e a classifique como um mal menor, com o propósito de restaurar uma ordem ou um status quo desejável (Riley-Smith, 2019, p. 49).

Por volta do ano 400, Santo Agostinho refletiu sobre a questão da violência e buscou estabelecer critérios que pudessem justificar moralmente a guerra. Posteriormente, teólogos e canonistas sistematizaram essas reflexões em três princípios fundamentais. O primeiro estabelece que a guerra deve possuir uma causa justa, como a resposta a uma agressão, seja passada ou presente, ou a um dano provocado por terceiros. O segundo princípio refere-se à autoridade legítima: apenas o príncipe ou governante reconhecido poderia declarar guerra de forma válida. Isidoro de Sevilha sintetizou esses dois elementos ao afirmar que uma guerra justa deve ser travada por meio de um decreto legítimo. Por fim, o terceiro critério exige que a intenção seja reta, ou seja, que a motivação por trás do conflito seja moralmente pura (Riley-Smith, 2019, p. 48).

Outra justificativa que prevalecia para relativizar o quinto mandamento da Bíblia Sagrada (“não matarás”) baseava-se na ideia de que a violência não era vista como um mal intrínseco, mas como um mal neutro, cujo valor moral dependia das intenções de quem a praticava. Dessa forma, essa perspectiva permitia a concepção de uma violência “boa” e até de uma perseguição “justa”. Além disso, havia a visão de que Deus estava diretamente envolvido nas estruturas políticas e nos eventos que se sucediam, considerando que tudo acontecia como parte de Sua vontade divina (Riley-Smith, 2019, p. 50).

A Cruzada era um tipo especial de Guerra Santa, porque implicava o componente penitencial. No início, era típico a peregrinação a Jerusalém, destino esse que é o lugar onde esses devotos viajavam para morrer. Muitos dos primeiros homens cruzados foram idosos. Logo, essa cruz, para homens e mulheres, não era serviço e sim penitência, uma merecida autopunição. Em 1099, após a queda de Jerusalém, os sobreviventes voltaram com as palmas das mãos que haviam colhido como prova de que haviam completado sua peregrinação. Desse modo, Smith pretende definir e não julgar as motivações das Cruzadas ou o valor que certas causas concretas tiveram (Riley-Smith, 2019).

MENTES E ESPAÇOS RESTAURADOS

Para os autores cristãos, a ideia de uma causa justa para a guerra baseava-se na convicção de que é legítimo defender a pátria, suas leis e seus costumes tradicionais. Além disso, a recuperação de bens que foram tomados de forma ilícita por terceiros também era considerada uma causa justa. As Cruzadas no século XIX foram entendidas como um meio de vingança, uma interpretação usual desse período. Essas campanhas militares eram justificadas como uma maneira de reivindicar a violação da virtude, da lei divina ou dos princípios da doutrina cristã. Uma carta datada de 1098, redigida pelos líderes das Cruzadas, destacava a necessidade de submeter os pagãos ao cristianismo, visto que estes representavam uma ameaça direta à fé cristã, sendo, portanto, necessários de serem derrotados, caso não se convertessem (Riley-Smith, 2019, p. 50).

Entre 1095 e 1096, o Papa Urbano iniciou uma série de apelos com o objetivo de “estimular as mentes”. A resposta a seu chamado superou as expectativas, ultrapassando os limites da mensagem que ele buscava transmitir. Em diversas de suas cartas, ele defendia uma guerra de “libertação”, destinada a emancipar indivíduos e mentalidades que, sob a influência das tradições orientais, especialmente no contexto da Igreja de Jerusalém, estavam subjugados ao domínio muçulmano. O propósito central dessa campanha era, ainda, a libertação do Santo Sepulcro, o túmulo de Cristo, situado em uma cidade consagrada pelo sacrifício redentor do Messias, que continuava a ser um local de manifestação das intervenções divinas na história humana (Riley-Smith, 2019, p. 40).

A verdadeira intenção de Urbano seria responder ao pedido de ajuda do imperador bizantino na esperança de unir as igrejas latina e grega. Portanto, a justificativa para empreender a Cruz era a reconquista do território cristão, usurpada pelos muçulmanos. O momento da invasão ou levante foi quando as duas personalidades de Cairo e Bagdá, autoridades islâmicas, tinham acabado de morrer. A guerra contra os árabes na península ibérica já ocorria há algum tempo e o Papa Urbano II estabeleceu uma analogia entre a reconquista da península e a Palestina (Riley-Smith, 2019).

Alguns argumentam que essa reconquista da península seria a chave para abrir rota para Jerusalém através do Norte da África. Travava-se, então, uma guerra de libertação internacional sob o comando dos diferentes monarcas, tais como Afonso VIII, de Castela, Jaime I de Aragão no século XI e Afonso XI de Castela (Riley-Smith, 2019).

No noroeste da Europa, durante os preparativos para a Segunda Cruzada, os cruzados alemães e saxões lançaram uma campanha contra os povos eslavos situados nas proximidades do rio Elba. São Bernardo deu seu respaldo a essa iniciativa. Embora hoje seja difícil compreender que os povos eslavos e bálticos representassem uma ameaça ao cristianismo, os alemães justificaram a ação como uma forma de “expansão e defesa”. No que tange à perseguição aos cismáticos e hereges, um decreto foi emitido para a realização de uma pequena expedição contra os cátaros no Languedoc, sob o comando do legado papal Henrique de Marcy, que mais tarde se tornaria um importante pregador durante a Terceira Cruzada (Riley-Smith, 2019).

Uma cruzada relacionada aos cismáticos seria a quarta, cujo objetivo era uma invasão trans-mediterrânea do Egito e culminaria na tomada da cidade cristã de Constantinopla. Os imperadores que os ocidentais haviam colocado no império bizantino foram mortos. Alegaram que os gregos, depois de obedecerem a Roma, haviam se separado da igreja e isso constituía rebelião ativa contra ela (Riley-Smith, 2019).

Para o Papa Inocêncio III, os hereges eram tão perversos quanto os muçulmanos. Essa mudança de apreciação de inimigos foi uma novidade, levando em consideração que os homens de cruzes levados ao Oriente deveriam mudar de atitude, se voltando contra membros da própria sociedade. Havia então o inimigo ignorante, o blasfêmico e o que conhecia os princípios e a verdade, mas era agressivo (Riley-Smith, 2019).

No que se refere às expedições dos cruzados contra os poderes seculares do Ocidente, emergiu um confronto entre os defensores de uma reforma eclesiástica radical e seus opositores. Esses conflitos eram justificados com base na tradição estabelecida. Nesse contexto, o Papa Gregório afirmou que o cristianismo estava sob uma ameaça iminente, defendendo a necessidade de uma intervenção militar contra Federico, a fim de proteger a fé católica e garantir a autonomia da Igreja (Riley-Smith, 2019).

No que tange à justificativa para a instauração de uma Cruzada, é pertinente observar que, em princípio, a proclamação de tal iniciativa poderia ser realizada por um Papa. Contudo, o êxito desse empreendimento, como evidenciado pelas experiências de diversos pontífices, estava intrinsecamente relacionado não apenas à mobilização de forças militares, mas, sobretudo, à adesão da população fiel. Assim, a cruzada deveria ser concebida como uma resposta a agravos, tanto de natureza

histórica quanto contemporânea, além de representar um exercício legítimo do direito à recuperação de territórios que, por sua essência, pertencem à tradição cristã ou a Cristo. Dessa maneira, o movimento cruzadista configurava-se como uma defesa contra ameaças à integridade da Igreja (Riley-Smith, 2019).

As alianças estabelecidas entre as diversas esferas de poder nas fronteiras configuravam, assim, uma rede defensiva. A cristandade instaurou um estado universal de república cristã, marcado por sua natureza transcendental, pois coexistia simultaneamente nos planos terrestre e celestial. Foi implementada uma estrutura política com o objetivo de capacitar tanto homens quanto mulheres a cultivarem o amor a Deus e a viver em harmonia com seus compatriotas. Nesse contexto, a cruzada emergia como o exército que representava essa unidade, tendo como principais agentes os papas, bispos e monarcas. Os inimigos eram entendidos como adversários do Rei, configurando, portanto, a cruzada como uma ação de caráter sagrado (Riley-Smith, 2019).

MOTIVAÇÕES GERAIS DAS CRUZADAS

Quanto as motivações materiais, as Cruzadas representaram uma espécie de saída de solução para problemas colocados no início da desestruturação feudal. As Cruzadas representavam uma válvula de escape para as tensões sociais, econômicas e políticas provocadas pela própria dinâmica do feudalismo (Riley-Smith, 2019).

Entre os fatores materiais que contribuíram para o fenômeno das Cruzadas, destaca-se o contexto de expansão demográfica. A fragilidade populacional do Ocidente, que havia sido um obstáculo, começou a se transformar com o advento do feudalismo, o qual eliminou as barreiras que impediam o crescimento populacional natural das diferentes espécies. As epidemias, como a peste e a malária, estavam em declínio, e a demografia da Idade Média passava por um processo de recuperação. Esse processo de recuperação deve-se, em parte, à diminuição do contato com o Oriente, região de origem de muitas dessas epidemias (Riley-Smith, 2019).

As guerras feudais não tinham como objetivo a destruição do inimigo, mas sim a obtenção de algum benefício por meio do seu aprisionamento, sendo que o vassalo, uma das figuras centrais do sistema feudal, era responsável pelo pagamento do resgate como parte de suas obrigações para com o senhor feudal. O surto demográfico também foi impulsionado pela abundância de recursos naturais, pela suavização do clima e pelas inovações nas técnicas agrícolas. Nas camadas sociais mais baixas, predominavam os alimentos de origem vegetal em detrimento da carne. Além disso, os regimes alimentares dessas camadas perderam, entre 1050 e 1280, a variedade que os caracterizava na Alta Idade Média (Riley-Smith, 2019).

O pão e o vinho alcançaram uma posição de destaque entre os alimentos, relegando os demais a um status de simples iguarias complementares. Sua ausência, especialmente nas áreas urbanas, tornava-se insuportável, visto que dois séculos de progresso agrícola resultaram no quase total esquecimento de produtos como a castanha, a bolota e outras fontes alimentares semelhantes, exceto nas regiões montanhosas. Nas planícies, a coleta e a caça perderam sua função como recursos alimentares, tornando-se, para a maioria das famílias rurais, atividades marginalizadas, que, em tempos normais, estavam reservadas aos estratos sociais mais baixos (coleta) e à nobreza (caça). As principais refeições do dia eram o jantar e a ceia, sendo o jantar considerado a mais substancial delas (Riley-Smith, 2019).

Para Franco Junior, o contexto comercial também é importante para entender a gênese das Cruzadas. Com as novas técnicas agrícolas houve maior produtividade, criando excedentes, possibilitando obter bens não produzidos ali, por meio da troca de especiarias, seda e perfumes (Junior, 1999).

A Itália consolidou-se como um ponto estratégico de intermediação entre o Ocidente e o Oriente, com Veneza desempenhando um papel ativo na defesa e na expansão de seus interesses na região oriental. Desde o século IX, a cidade fornecia ferro, madeira e indivíduos escravizados em troca de especiarias e ouro, estabelecendo um complexo sistema de trocas comerciais. Por sua vez, Gênova, principal rival de Veneza, alcançou, no século XI, a supremacia mercantil no Mediterrâneo Ocidental, movida por ambições comerciais e pela proposta de combater os infiéis, o que a associou diretamente às Cruzadas. Assim, torna-se evidente que os interesses comerciais italianos exerceram uma influência considerável nas Cruzadas no Oriente Médio, refletindo também as ambições hanseáticas em relação à ocupação da Europa Oriental (Riley-Smith, 2019).

Conforme destacado por Franco Junior, a marginalidade, assim como a heresia, foi alvo de repressão durante as Cruzadas, com a pobreza atuando como um fator determinante para o desencadeamento desses eventos históricos. Um cronista germânico que analisou a Segunda Cruzada evidencia a importância dos aventureiros, criminosos e pessoas em situação de destituição nesse movimento. As motivações desses indivíduos eram diversas: enquanto alguns eram atraídos pela busca de novidades e experiências, outros eram movidos pela necessidade, especialmente aqueles endividados. Além disso, destaca-se a significativa participação dos segundogênitos de famílias nobres, que se mostraram um dos grupos sociais mais ativos nesse contexto. O cenário político que propiciou o surgimento das Cruzadas estava, em parte, relacionado à presença de uma nobreza empobrecida e marcada por tensões internas (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

Hilario Franco Junior aporta as motivações psicológicas para as Cruzadas, e ele leva em consideração três elementos fundamentais da mentalidade da época: a contratualidade, a belicosidade e a religiosidade (Junior, 1999). A contratualidade ultrapassou o nível das relações inter-humanas para atingir as próprias relações de Deus. Desse modo, passou a haver negócios e barganhas com o mundo sobrenatural. As relações homens-Deus passaram a ser concebidas como relações vassalo-senhor feudal. A belicosidade foi outro componente da mentalidade que originou na prática social para depois ganhar lugar no consciente do coletivo. Se por um lado, o feudalismo tinha sido na origem, em parte, uma forma de resistir aos invasores, entre disputas externas (invasões estrangeiras) e disputas internas (guerras sucessórias), à igreja, por outro lado, promovera a Trégua de Deus, proibindo a guerra em certos períodos, mas aprovando no resto do tempo. Dessa forma, o dado material transferiu-se para o emocional. As igrejas do estilo romântico pareciam “fortalezas de Deus”, assemelhavam-se a castelos senhoriais com funções defensivas: contra invasores e contra as forças demoníacas. Os cavaleiros combatiam com armaduras e espadas e os clérigos com as batinas e armas espirituais (preces, exorcismos) (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

A religiosidade era um grande traço mental da época das Cruzadas, traço formado a partir do contato com a realidade. Gerou-se uma religiosidade concreta presa ao palpável, pois o íntimo contato do homem com a natureza apresentava-lhes mistérios que só poderiam ser explicados pela atuação das forças sobrenaturais que se tentava controlar (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

As forças do bem eram concebidas como auxiliares do homem e da mulher na tarefa de dominar a natureza e fazê-la servir aos seus interesses. Em razão de seu caráter simultaneamente contratual e beligerante, a religiosidade feudal promovia um ideal de vida cristã marcado pelo heroísmo, pela busca de feitos ascéticos e pela luta contra as inclinações do corpo. A santidade era vista como um objetivo alcançável por meio do esforço pessoal. As peregrinações, nesse contexto, cumpriam uma dupla função: serviam como forma de penitência e proporcionavam ao fiel o contato direto com relíquias sagradas. As Cruzadas, portanto, devem ser compreendidas dentro desse horizonte psicológico e espiritual, sendo interpretadas como autênticas “peregrinações armadas” (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

A mentalidade feudal era estruturada em torno de três elementos fundamentais que orientavam o imaginário religioso e social da época. Em primeiro lugar, concebia-se Deus como o soberano absoluto do mundo, ao qual os homens, na condição de vassalos, deveriam lealdade e serviço, o que incluía a missão de recuperar territórios considerados usurpados por infiéis, pagãos e hereges. Em segundo lugar, a Cruzada era entendida como uma expedição composta por penitentes, ou seja, pecadores em busca de indulgência; desde o século XII, inclusive, as esposas dos cruzados que

permanecessem fiéis recebiam o benefício da indulgência plenária. Em terceiro lugar, a honra cavaleiresca, altamente valorizada no ethos feudal, era vista como plenamente realizável por meio da participação em uma cruzada — honra essa que dificilmente seria obtida ao longo de uma vida inteira em outras circunstâncias. A sacralidade dos locais disputados intensificava a obrigação religiosa dos cruzados, que se viam como verdadeiros soldados de Cristo. Por fim, a caridade fraterna, princípio essencial do cristianismo, era colocada em prática por meio da ajuda prestada aos cristãos oprimidos, tanto na Terra Santa quanto na Península Ibérica (Junior, 1999; Riley-Smith, 2019).

Os conceitos de Paz de Deus e Guerra Santa, aparentemente, contraditórios, encontravam-se estreitamente associados — reunindo a trilogia mental, contratualidade, belicosidade, religiosidade — procurando impor uma concepção de mundo em proveito das elites, sobretudo clerical, criadora deste modelo ideológico (Riley-Smith, 2019).

AS QUATRO CRUZADAS

Compreendemos que as Cruzadas no Oriente objetivavam reintegrar na Cristandade a Terra Santa, isto é, Jerusalém e regiões vizinhas e na própria Europa, onde Península Ibérica estava em mãos de muçulmanos e as regiões Orientais, além do rio Elba, eram território pagão. O movimento das Cruzadas no Oriente Médio se deu após o discurso do Papa Urbano II em Clermont. A nobreza se preparava e o movimento repercutiu nas camadas populares (Riley-Smith, 2019).

O monge Pedro, o Eremita, organizou grupos de franceses e alemães, de forma separada, e os conduziu em direção ao Oriente. Durante a jornada, os participantes enfrentaram diversas adversidades, incluindo a fome, o que os levou, em muitas ocasiões, a recorrer ao saque para sobreviver. Ao chegarem a Constantinopla, ficaram impressionados com o esplendor e a riqueza da cidade. Os bizantinos, atentos às tensões entre os cruzados ocidentais e a população local, optaram por fornecer transporte para que os cruzados atravessassem até a Ásia Menor. Foi nesse contexto que os cruzados lançaram ataques contra territórios sob controle turco. Contudo, a chamada Cruzada Popular resultou em fracasso. Em 1096, os poucos sobreviventes retornaram a Constantinopla, onde aguardaram a chegada da Cruzada dos Barões (Riley-Smith, 2019).

Nesse período, estruturava-se a que viria a ser reconhecida como a verdadeira Primeira Cruzada (1096–1099), caracterizada pela participação da nobreza sob a direção do papado e composta por diversos exércitos feudais autônomos. Dentre esses contingentes, destacava-se aquele proveniente do norte da França, sob a liderança de Hugo de Vermandois. Outro grupo, oriundo do leste da França e da

Alemanha, era comandado por Godofredo de Bulhão, que chegou à região cerca de um mês após a chegada do primeiro batalhão. Posteriormente, somou-se à expedição o exército do sul da França, liderado por Raimundo de Saint-Gilles, Conde de Toulouse. Simultaneamente, também se uniram à cruzada os normandos do sul da Itália, sob o comando de Boemundo (Riley-Smith, 2019).

O imperador bizantino Aleixo I exigiu dos líderes cruzados um juramento de lealdade, além de reivindicar que os primeiros territórios reconquistados fossem devolvidos ao Império Bizantino, sob o argumento de que essas regiões haviam pertencido anteriormente aos bizantinos, antes da ocupação muçulmana. A negativa do Conde de Toulouse em cumprir tal exigência comprometeu as relações entre os cruzados e os bizantinos. A campanha teve início com a conquista da cidade de Niceia, que foi entregue pelos turcos a Aleixo I, o qual, em troca, garantiu a integridade da população local. Em seguida, a expedição cruzada prosseguiu rumo à Síria, enfrentando numerosos obstáculos geográficos ao longo do percurso. Durante essa travessia, os cruzados ocidentais demonstraram surpresa diante da competência militar dos inimigos. Além disso, a conquista de Antioquia não foi restituída aos bizantinos, consolidando o controle cruzado sobre a estratégica cidade comercial (Riley-Smith, 2019).

Após sete meses de cerco, as forças cristãs conseguiram conquistar Antioquia em meados de 1098. No entanto, a situação começou a se complicar com a chegada do exército turco. Apesar dessa ameaça, os cruzados obtiveram a vitória graças ao famoso episódio da Santa Lança. A fase seguinte de sua campanha culminou na tomada de Jerusalém, onde ingressaram na Cidade Santa em julho de 1099, com extrema ferocidade. Durante o ataque, os cruzados perseguiram e massacraram a população muçulmana até o local do Templo de Salomão, onde a matança foi tão brutal que os combatentes andavam imersos em sangue até os tornozelos. Após a conquista, os cristãos se reuniram em oração, agradecendo a Deus pela vitória, pois Jerusalém estava, finalmente, novamente sob seu controle. Com isso, os francos ocidentais estabeleceram uma série de estados no território sírio-palestino, organizados de forma semelhante ao que poderíamos classificar como feudo-colonial (Riley-Smith, 2019).

De um lado, os governantes pertenciam à pequena nobreza feudal, enquanto, do outro, encontrava-se uma população constituída por diversas etnias que desempenhavam suas funções como mão de obra. Os estados francos eram quatro, sendo o Reino de Jerusalém o mais prestigioso do ponto de vista religioso. No extremo Nordeste, situava-se o Condado de Edessa, o qual seria o primeiro a extinguir-se (Riley-Smith, 2019).

O Principado de Antioquia, localizado no Extremo Oriente e liderado por Boemundo, junto ao Condado de Trípoli, o último dos estados latinos a ser estabelecido, situado entre Antioquia e Jerusalém, representava uma configuração geopolítica na qual essas entidades estavam interconectadas com o Ocidente principalmente por meio de rotas marítimas, tornando-se, assim, dependentes dos interesses comerciais dos italianos. Além disso, a hostilidade dos muçulmanos e dos bizantinos em relação aos ocidentais manifestava-se de diversas formas, com os muçulmanos chamando os cristãos de “cães” e os bizantinos referindo-se a eles como “bárbaros”. Nesse cenário, a existência dos estados francos na Síria estava constantemente sob ameaça. A queda de Edessa, provocada pela conquista de um líder islâmico, serviu como catalisador para a proposta de uma nova Cruzada de apoio (Riley-Smith, 2019).

Essa segunda Cruzada (1147-1149), pregada por São Bernardo, reuniu o alemão do imperador Conrado III, o francês do rei Luís VII e um dos europeus do Norte (ingleses, flamengos e frísios). Este último grupo ajudou os cristãos a reconquistarem Lisboa, entrecruzando-se assim as Cruzadas Ocidentais e Orientais (Riley-Smith, 2019).

Os conflitos entre os povos germânicos e francófonos dificultaram a realização de uma ação conjunta eficaz. Quando Conrado e Luís chegaram a um consenso, decidiram direcionar suas hostilidades contra Damasco. No entanto, essa Cruzada resultou em um fracasso significativo. Durante esse período, surgiu um líder notavelmente capaz, Saladino, que eliminou diversos rivais muçulmanos e, em 1187, invadiu Jerusalém. Como resultado, Jerusalém permaneceu sob domínio cristão por apenas 84 anos. A notícia da perda da Cidade Santa causou grande comoção no Ocidente, impulsionando os preparativos para uma nova Cruzada, a Terceira, que ocorreu entre 1189 e 1192 (Riley-Smith, 2019).

Três monarcas lideraram a Cruzada: o rei francês Filipe Augusto, o rei inglês Ricardo Coração de Leão e o imperador alemão Frederico Barbarossa. Além dos cruzados, a expedição contou com a participação de guerreiros da Escandinávia e marinheiros das cidades italianas. No entanto, como em outras Cruzadas, essa empreitada enfrentou uma fragilidade estrutural significativa, marcada pela falta de um comando unificado e por um planejamento global inadequado (Riley-Smith, 2019).

A Quarta Cruzada (1202-1204) exemplifica bem essa dinâmica, pois, fruto dos antigos acordos entre o Ocidente e Bizâncio, assim como dos interesses econômicos de Veneza, acabou se tornando a primeira Cruzada dirigida contra cristãos. Esta expedição foi inicialmente promovida pelo influente Papa Inocêncio III, que mobilizou a nobreza feudal, mas excluiu os soberanos, o que resultou na participação predominantemente de nobres franceses. A cidade de Veneza comprometeu-se a

fornecer os meios de transporte e a logística necessários para a cruzada, em troca de uma quantia acordada previamente e de metade das terras conquistadas. Como consequência, os cruzados conseguiram ocupar a cidade de Zara, localizada na costa do Adriático (Riley-Smith, 2019).

A proposta da Quarta Cruzada já se mostrava comprometida desde o início, pois sua verdadeira intenção era sustentar as ambições materiais de Veneza, em detrimento de outro monarca cristão, o rei da Hungria, que controlava a cidade de Zara. Assim, a Quarta Cruzada começou com uma postura de rebeldia em relação à autoridade papal e ao seu legado. Nesse cenário, o príncipe bizantino Aleixo solicitou a ajuda dos cruzados para depor um usurpador em Constantinopla, oferecendo uma compensação financeira que despertou o interesse do líder da cruzada, Bonifácio. Esse episódio, por sua vez, geraria desdobramentos profundos, relacionados à cisma de 1054. Além disso, os venezianos se beneficiavam de vantagens comerciais decorrentes dos privilégios assegurados pelo governo bizantino (Riley-Smith, 2019).

Em julho de 1203, Constantinopla foi atacada por uma ofensiva marítima dos venezianos e por um assalto terrestre dos francos. Nesse contexto, Isaac II foi restaurado ao trono. No entanto, ao avançarem com suas investidas contra a cidade, os ocidentais foram repelidos. Surgiu, então, o Império Latino de Constantinopla, com a ascensão de Balduíno ao trono, o que favoreceu os interesses da República de Veneza (Riley-Smith, 2019). Sem o apoio de Veneza, a Cruzada provavelmente não teria seguido um curso desviado, nem teria estabelecido seu império no Oriente. Eventualmente, 57 anos após esses acontecimentos, um nobre grego, com o apoio de Gênova, conseguiria restabelecer o Império Bizantino em 1261 (Riley-Smith, 2019).

A Quarta Cruzada infligiu um golpe profundo ao ideal das cruzadas. Entretanto, esse espírito não se extinguiu, como se evidencia com a Cruzada das Crianças (1212), um movimento espontâneo de caráter popular. Esta iniciativa foi desencadeada por um jovem alemão que conseguiu congregiar milhares de jovens, predominantemente camponeses, em uma época em que a expansão demográfica se aproximava de seu ápice. Contudo, essa cruzada limitou-se a Gênova, com seus participantes enfrentando destinos trágicos, incluindo mortes, sequestros e escravização ao longo do percurso. A crença predominante na época sustentava que a pureza das crianças conferiria uma chance de sucesso à empreitada (Riley-Smith, 2019).

INTERAÇÃO ENTRE CULTURAS OCIDENTAIS E ORIENTAIS

As Cruzadas foram um marco histórico que propiciou um intenso intercâmbio cultural entre a cultura ocidental e oriental. Durante as expedições, os cruzados não apenas buscaram conquistar terras, mas também tiveram contato com filosofias, religiões e tradições locais que influenciaram profundamente suas perspectivas. O encontro entre os cruzados e o mundo islâmico possibilitou um diálogo cultural que, embora envolvesse conflitos, também gerou oportunidades de aprendizado mútuo. Esse intercâmbio resultou em uma troca significativa de conhecimentos, especialmente nas áreas de ciência, medicina e arquitetura (Asbridge, 2014, p. 157).

Outro aspecto importante da interação cultural durante as Cruzadas foi a introdução de novas ideias e produtos no Ocidente. Os cruzados trouxeram de volta especiarias, tecidos e outros bens do mundo oriental, que alteraram os hábitos e as preferências da nobreza europeia. Os produtos orientais fomentaram um novo apetite por luxo e sofisticação nas cortes europeias, alterando radicalmente as dinâmicas comerciais da época. Essa nova demanda contribuiu para a formação de rotas comerciais que seriam fundamentais no desenvolvimento do comércio europeu nos séculos seguintes (Asbridge, 2014, p. 184).

Essas expedições também estimularam o fenômeno da tradução e disseminação de conhecimentos clássicos que estavam sob a custódia de pensadores árabes e bizantinos. O contato prolongado entre europeus e muçulmanos já havia gerado um fluxo de textos e saberes que posteriormente influenciaram o Renascimento. As traduções dos textos filosóficos e científicos árabes tiveram um papel crucial na formação do pensamento europeu durante a Idade Média. Portanto, as Cruzadas não foram apenas um conflito militar, mas um ponto de inflexão que redefiniu as relações culturais entre Oriente e Ocidente (Asbridge, 2014, p. 210).

INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS MILENARES E O IMPACTO DOS ESCRITOS DE GALENO NAS PRÁTICAS CURATIVAS MEDIEVAIS

A história fascinante da cirurgia começou a mais de doze mil anos. Estima-se que a primeira operação foi a trepanação do crânio, um começo surpreendente. Mas o progresso da cirurgia operatória não foi uma progressão suave. Há momentos no curso da história que favoreceram seu desenvolvimento. Aqui vamos nos concentrar nas melhorias que ocorreram nos tempos medievais, demonstrando a sofisticação cada vez maior na técnica operacional e os benefícios aos pacientes (Maybury, 2022, p. 14).

Primeiramente, é fundamental contextualizarmos a existência de registros relacionados a operações e cirurgias antes da Era Medieval, para o que apresentaremos uma análise estratificada em diferentes períodos. O Primeiro Período, (c10.000 a.C. a c700 a.C.) consta como registrado oito operações e procedimentos originais do Peru e do Antigo Egito. A identificação dos “procedimentos originais” no contexto egípcio é singular, pois as operações ali documentadas introduzem inovações cirúrgicas que perduram ao longo do tempo, incluindo técnicas como sutura de feridas e fixação de fraturas. Este período inaugural encerra-se com o advento da era grega (Maybury, 2022, pp. 22-23).

Durante o Segundo Período (699 a.C. a 641 d.C.) foi registrado 28 operações originais da Grécia Antiga, Índia e Roma. A data de 699 a.C. marca o início aproximado da cirurgia Grega Antiga. Enquanto 641 d.C. marca o fim da era grega, quando o Museu e Biblioteca em Alexandria no Egito, o último reduto da filosofia, ciência e cirurgia gregas caíram para um exército árabe (Maybury, 2022, pp. 23-24). Durante o Terceiro Período de 642 a 1084 não houve operações originais durante os Califados de Bagdá e Córdoba. E durante o Quarto Período (1085 a 1845) houve cinco operações originais, quatro da Europa Ocidental nos períodos medieval e moderno e uma dos Estados Unidos da América no período moderno (Maybury, 2022, p. 28).

No período específico da Idade Média, é importante perceber que apesar das novas descobertas ou tratamentos, resultantes da fusão entre a cultura ocidental e oriental, elas nunca substituíram completamente os velhos costumes, como era o caso da prática contínua da magia no período medieval. Algumas sobrevivem até os tempos modernos, incluindo o uso de amuletos para dar um exemplo simples. A cirurgia não foi incomodada por esses problemas, pois a utilidade de sua prática quando bem-sucedida era auto evidente (Maybury, 2022, p. 51).

O legado do conhecimento grego, notavelmente a obra de Galeno, perdurou ao longo do período medieval, influenciando a prática médica da época. Os tratados cirúrgicos de Galeno, datados do século II d.C., foram considerados referências padrão na Europa Ocidental durante a Idade Média. A introdução do uso da pólvora e projéteis na Batalha de Crécy, em 1346, resultou em ferimentos devastadores, para os quais as experiências e os escritos de Galeno, inevitavelmente, não ofereciam diretrizes adequadas. Em resposta a essa nova realidade, cirurgiões militares autodidatas e práticos começaram a explorar métodos inovadores de tratamento para os feridos, um movimento que, gradualmente, erodiu a crença acrítica anteriormente sustentada nas doutrinas galênicas (Maybury, 2022, p. 189).

Durante a Idade Média, portanto, o conceito de saúde era bastante diferente do que entendemos hoje. A visão sobre saúde e doença era influenciada por fatores religiosos, filosóficos e pelas limitações do conhecimento médico da época. A Teoria

dos Humores, que tinha raízes na Grécia antiga, predominava na medicina medieval. A saúde era vista como um equilíbrio entre quatro humores: sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra. Doenças eram entendidas como resultado do desequilíbrio desses humores (Avicena, In: Coutinho, 1985).

A FUSÃO DAS PRÁTICAS DE CURA ÁRABE E GRECO-ROMANA

A conquista árabe causada pela ascensão do islamismo teve um impacto cultural na medicina e na ciência em geral na época. A maioria dos médicos permaneceu em sua própria nacionalidade e fé por um longo tempo. Mesmo durante as cruzadas, os médicos judeus eram altamente considerados. As realizações e inovações dos médicos, acadêmicos e cientistas daquela época, juntamente com o florescimento das ciências na Índia, mostram muito claramente que a chamada “Idade das Trevas” não foi tão sombria assim (Markatos, *et al*, 2017, p. 339).

A medicina árabe exerceu uma influência significativa sobre a medicina grega, especialmente durante a Idade Média, ao preservar e traduzir obras clássicas, além de integrar conhecimentos de diversas culturas. Exemplos incluem a obra de Avicena, “O Cânone da Medicina”, que sistematizou o conhecimento médico grego e introduziu novas práticas, como a importância da observação clínica. Além disso, a medicina árabe trouxe avanços em farmacologia e técnicas cirúrgicas, como a utilização de anestésicos e a prática de operações mais complexas (Mitchell, 2002, pp. 7;10-15; 21;23).

Um exemplo elucidativo a ser considerado é o trabalho do físico grego bizantino do século VII, Paulo de Égina. Sua contribuição à medicina e cirurgia islâmica subsequente evidencia que ele não se limitou a ser um mero transmissor do conhecimento legado por seus predecessores, como Hipócrates e Galeno, mas que, de fato, ampliou os horizontes da cirurgia em sua época (Markatos *et al*, 2017, p. 338). Em síntese, a formação médica de Paulo Egina em Alexandria, Egito, aliada a suas extensas viagens pelo Oriente Médio, permitiu-lhe um contato direto com as práticas médicas árabes. Durante a era bizantina tardia, ele se estabeleceu nesta região, absorvendo e integrando diversas abordagens e técnicas médicas, persistindo em seu trabalho mesmo após a conquista islâmica de Alexandria e das províncias meridionais do Império Bizantino (Markatos, *et al*, 2017, p. 339).

O Trabalho médico e cirúrgico mais significativo de Paulo de Égina foi o *Epítome da Medicina*, que compreendia 7 livros. Este trabalho foca na tradição médica hipocrática e grega antiga, com muitas influências dos médicos da medicina islâmica e seus escritos sobre as inovações desta área (Markatos, *et al*, 2017, p. 338). O primeiro livro trata de assuntos de higiene, questões nutricionais e necessidades alimentares específicas do paciente. No segundo, os diferentes tipos de febre

e condições relacionadas a eles são apresentados como fatores etiológicos ou condições coexistentes, como descargas de fluidos corporais, dias críticos, e concluindo com certos sintomas, que às vezes são consequências da febre. O terceiro livro trata de afecções tópicas e descreve condições de patologia geral, de infecções cerebrais e epilepsia a íleo, pleurisia e gonorreia. O quarto livro discute condições dermatológicas, como herpes, gangrena, úlceras e lepra, todas relacionadas a manifestações dermatológicas, bem como vermes parasitários. O quinto livro é um ensaio de toxicologia, referindo-se ao tratamento de venenos como cicuta, papoula, mandrágora e acônito, e picadas de animais venenosos como vespas, aranhas, escorpiões e víboras, mas também de humanos. O sexto livro é um verdadeiro monumento à cirurgia da época. Ele contém literalmente todo o conhecimento cirúrgico significativo relacionado a órgãos internos, tecidos moles, pele e ossos de praticantes antigos e medievais. Ele contém uma série de procedimentos oftalmológicos, neurocirúrgicos, gerais e ortopédicos. Finalmente, o sétimo livro é dedicado à farmacologia, recitando pomadas, antídotos, eméticos e purgantes e sua matéria médica em geral (Markatos, *et al*, 2017, pp. 338-339).

Acerca de uma cirurgia em específico, a mastectomia foi inicialmente descrita de maneira clara pelo cirurgião bizantino grego Paulo de Égina (625–690). Ele documentou o procedimento de remoção de mamas devido ao câncer, utilizando técnicas de incisão com faca e cautério. Durante a Idade Média, essa intervenção, embora simplificada, continuou a ser realizada, frequentemente associada ao uso de cautério ou curativos compressivos para controlar a hemorragia. Essa abordagem rudimentar perdurou até 1720, quando Lorenz Heister (1683–1758) executou uma operação análoga, evidenciando a continuidade e a evolução do conhecimento cirúrgico ao longo dos séculos (Maybury, 2022, p. 51).

É imperativo ressaltar que Paulo de Égina publicou sete volumes que podem ser considerados um compêndio prático para os físicos de sua época, situando-se na intersecção entre a Antiguidade e a Modernidade árabe. Sua obra parece ter sido elaborada com a intenção de servir como um recurso imprescindível para os físicos e cirurgiões de seu contexto histórico, os quais provavelmente transportavam esses tratados em seus alforjes (Markatos, *et al*, 2017, p. 339).

CUIDADOS CIRÚRGICOS, SAÚDE, HIGIENE E OS CIRURGICUS DURANTE AS BATALHAS

As Cruzadas geraram um aumento significativo na incidência de ferimentos traumáticos, exigindo o desenvolvimento de técnicas cirúrgicas adequadas para tratar os soldados feridos em batalhas e cercos. Durante as campanhas militares no Oriente Médio, os cirurgiões tiveram que lidar com uma variedade de lesões, desde cortes simples até traumas complexos, o que evidenciava a necessidade urgente de cuidados cirúrgicos eficazes (Mitchell, 2002).

A escassez de médicos qualificados durante as Cruzadas resultou em desafios significativos na prestação de cuidados cirúrgicos, levando a uma alta taxa de mortalidade entre os soldados feridos. Estas expedições não apenas estimularam o avanço das técnicas cirúrgicas, mas também incentivou a transferência de conhecimento entre culturas diferentes, resultando em uma evolução significativa nas práticas médicas da época (Mitchell, 2002).

Durante a Idade Média, a principal etiologia das amputações estava vinculada ao envenenamento resultante da ingestão de pão contaminado pelo ergot, um fungo que infestava o centeio. A intoxicação por ergotamina induzia um estado de vasoconstrição severa, resultando numa taxa de mortalidade que variava de 10 a 20% durante períodos de escassez alimentar. Para os indivíduos que logravam sobreviver, as gangrenas emergentes frequentemente exigiam amputações, inicialmente realizadas por monges e, a partir de 1215, por cirurgiões barbeiros. Esses profissionais, inicialmente incumbidos de pequenos procedimentos cirúrgicos, gradualmente assumiram a responsabilidade por amputações, em virtude das epidemias associadas ao ergotismo que resultaram em uma demanda significativa por esse tipo de intervenção clínica. Ao longo dessa prática, os cirurgiões barbeiros adquiriram experiência tanto em anatomia quanto em técnicas cirúrgicas. Além da prática cirúrgica civil exercida por esses barbeiros, a cirurgia militar começou a emergir como uma necessidade premente, especialmente durante as campanhas inglesas e o advento das Cruzadas, o que demandou uma organização cada vez mais profissionalizada da área cirúrgica (Hernigou; Hernigou; Scarlat, 2021).

Além da intoxicação por ergotamina, as lesões por armas durante as Cruzadas incluíam ferimentos de flechas, fraturas de membros, traumas cranianos e infecções resultantes de feridas. O tratamento envolvia cirurgia, como remoção de flechas, suturas, manipulação de fraturas e excisão de tecido infectado. Médicos europeus e indígenas praticavam em hospitais fixos e unidades móveis, oferecendo cuidados em condições adversas (Mitchell, 2002, pp. 1,3,6,7,10,11 e 15).

Médicos europeus eram frequentemente identificados como "*medicus*", "*miege*" ou "*mire*", com alguns possuindo o título de "*master*" devido à formação acadêmica em universidades renomadas. Já os médicos locais, incluindo judeus e muçulmanos, também atuavam nas regiões conquistadas, sendo reconhecidos por suas especializações, como cirurgiões e apotecários. Documentos legais e crônicas contemporâneas frequentemente mencionavam esses profissionais, destacando suas funções tanto na medicina quanto em contextos legais (Mitchell, 2002, pp. 12-15; 17-19).

A higiene dos soldados durante as batalhas era geralmente precária, devido à falta de recursos e à natureza das campanhas militares. Os soldados frequentemente enfrentavam condições insalubres, como acampamentos superlotados, escassez de água potável e a presença de resíduos humanos e de animais, o que contribuía para a propagação de doenças. Medidas de higiene, como banhos regulares e limpeza de feridas, eram frequentemente negligenciadas, resultando em altas taxas de infecções e doenças entre as tropas (Mitchell, 2002, pp. 3;6-7;9;11;15;17).

Os cirurgiões militares, conhecidos como "*cirurgicus*", eram profissionais que realizavam procedimentos cirúrgicos em feridos durante as batalhas. Sua formação geralmente ocorria por meio de um método de aprendizado prático, como a aprendizagem sob a supervisão de um médico mais experiente, em vez de uma educação formal em universidades. Eles eram frequentemente vistos como menos respeitados que os médicos acadêmicos ("*physici*"), mas suas habilidades práticas eram essenciais para o tratamento de ferimentos em combate (Mitchell, 2002, pp. 12-17; 24).

Os materiais e instrumentos cirúrgicos utilizados durante as Cruzadas incluíam facas, pinças, agulhas, suturas e instrumentos para cauterização. A escassez de recursos, como ferramentas adequadas e suprimentos médicos, impactava negativamente as técnicas cirúrgicas, limitando a eficácia dos tratamentos e aumentando o risco de infecções e complicações. Essa falta de recursos frequentemente resultava em abordagens menos sofisticadas e em maiores taxas de mortalidade entre os feridos (Mitchell, 2002, pp. 3; 10-11;13-17).

As práticas de amputação e sutura durante as Cruzadas incluíam a remoção de membros danificados por ferimentos de batalha e a sutura de feridas abertas para promover a cicatrização. Houve situações em que incluem a manipulação de fraturas e o tratamento de feridas causadas por flechas, onde os cirurgiões realizavam suturas para fechar os cortes. Além disso, a excisão de tecido infectado, como o tecido fungoso das gengivas devido ao escorbuto, também era uma prática comum (Mitchell, 2002, pp. 3-4; 10-11; 13-16).

O tratamento de doenças e epidemias entre as tropas durante as Cruzadas incluía medidas como a quarentena de soldados doentes, a busca por água em boa condição para beber e a melhoria das condições de higiene nos acampamentos. Os físicos utilizavam remédios herbais e técnicas tradicionais para tratar doenças comuns, como febres, disenteria e infecções. No entanto, a falta de conhecimento sobre a transmissão de doenças e a escassez de recursos dificultavam o controle de epidemias, resultando em altas taxas de mortalidade entre os soldados (Mitchell, 2002, pp. 3-4;6-7;12;15;17;21).

Um espaço que podemos citar e onde se desenvolveu muitas práticas cirúrgicas durante o período medieval foi o Hospital Hotel Dieu, que era um mosteiro e tornou-se um local de descanso para os viajantes, bem como um local de refúgio para os doentes. À medida que esse papel se expandia, os monges frequentemente desenvolviam considerável experiência cirúrgica. Isso levou a uma competição acirrada por relíquias santas e peregrinos. Entre a miríade de santos a quem foram atribuídos poderes de cura, os nomes de Damião e Cosme figuram com destaque na história da medicina. A cirurgia medieval da velha escola também foi realizada com algumas técnicas bizarras, como serviço labial por sugadores de feridas, cauterização, sangria, terapia sanguessuga e terapia com larvas (Hernigou; Hernigou; Scarlat, 2021).

Um tópico importante e que não podemos deixar de citar, devido a sua relação com a saúde no período medieval, foi a lepra. Essa doença que hoje conhecemos pelo nome de hanseníase, era frequentemente designada como lepra. Os cruzados eram tratados por sacerdotes que diagnosticavam a doença, associando-a a fraquezas oriundas de pecados, e o tratamento incluía sacrifícios, purificações e rituais, como o contato com objetos considerados puros. Muitos cruzados estavam infectados por ela ou por doenças de pele na época, contribuindo para a disseminação dela na Europa medieval. As Cruzadas, que se estenderam por décadas no Oriente Médio, facilitaram a sua propagação ao retornarem os cruzados para suas casas. Além disso, ela se tornou endêmica no período medieval devido a fatores como más condições de higiene e alimentação (Cunha, 2002, pp.1-4).

CONCLUSÃO

As Cruzadas nos apresentam os principais protagonistas desse período histórico, incluindo papas, bispos e monges, reis, cavaleiros e camponeses, banqueiros e comerciantes, além de bizantinos e muçulmanos. À semelhança dos indivíduos, observam-se também diversas atitudes e emoções, como reverência, fidelidade, dedicação, desprendimento, credulidade, cupidez, traição e incompreensão.

Segundo Hilário Franco, é imperativo reconhecer as Cruzadas como um fenômeno histórico de considerável magnitude. Elas não devem ser reduzidas a meras manifestações de religiosidade medieval ou a uma precursora do imperialismo ocidental. Nesse contexto, emergem expressões de tensões sociais resultantes de profundas transformações estruturais, atuando como válvulas de escape para tais tensões. Trata-se, portanto, de um episódio histórico de uma riqueza analítica (Filho, 1999).

As Cruzadas representam um marco fundamental na história, onde a intersecção de forças políticas, econômicas e religiosas moldou não apenas a Europa, mas também as relações entre as civilizações ocidental e oriental. Estas expedições, motivadas por um fervor religioso e a aspiração de expandir a influência cristã, serviram como

catalisadoras para a troca cultural, tecnológica e médica que reverberou através dos séculos. O legado de instituições como a Igreja Católica, a evolução das práticas cirúrgicas e a fusão de conhecimentos entre diferentes civilizações exemplificam a complexidade desse fenômeno.

A compreensão da riqueza e da ambivalência das Cruzadas nos instiga a refletir sobre a natureza do conflito humano e a busca por conexão entre culturas. É essencial, portanto, que a análise deste período histórico não se restrinja a uma visão superficial, mas que busque um entendimento mais profundo de suas implicações e legados. Ao revisitar esse capítulo da história, somos convidados a reconsiderar os valores e aprendizagens que, ainda hoje, ressoam em nossa sociedade globalizada.

REFERÊNCIAS

ASBRIDGE, Thomas. **The Crusades: The Authoritative History of the War for the Holy Land**. New York: HarperCollins, 2012.

AVICENA. **O Cânone da Medicina**. Tradução de L. M. A. Coutinho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

CUNHA, Ana Zoé Schilling da. **Hanseníase: aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, p. 235-242, 2002. Disponível em:< 05_ana.qxd>. Acesso em: 20 de Nov. 2024.

DAVIS, R. H. C. **The Crusades and the Christian World of the East: Rough Tolerance**. Aldershot: Ashgate Publishing, 1999.

HERNIGOU, Philippe; HERNIGOU, Jacques; SCARLAT, Marius. Medieval surgery (eleventh-thirteenth century): barber surgeons and warfare surgeons in France. **Int Orthop**. 2021 Jul;45(7):1891-1898. doi: 10.1007/s00264-021-05043-z. Epub 2021 Apr 16. PMID: 33860853. Disponível em:< Medieval surgery (eleventh-thirteenth century): barber surgeons and warfare surgeons in France - PubMed>. Acesso em: 20 de Nov. 2024.

HERNIGOU, Philippe; HERNIGOU, Jacques; SCARLAT, Marius. The Dark Age of medieval surgery in France in the first part of Middle Age (500-1000): royal touch, wound suckers, bizarre medieval surgery, monk surgeons, Saint Healers, but foundation of the oldest worldwide still-operating hospital. **Int Orthop**. 2021 Jun;45(6):1633-1644. doi: 10.1007/s00264-020-04914-1. Epub 2021 Jan 4. PMID: 33394075. Disponível em:< The Dark Age of medieval surgery in France in the first part of Middle Age (500-1000): royal touch, wound suckers, bizarre medieval surgery, monk surgeons, Saint Healers, but foundation of the oldest worldwide still-operating hospital - PubMed>. Acesso em: 20 de Nov. 2024.

JUNIOR, Hilário Franco. **As cruzadas: guerra santa entre Ocidente e Oriente**. Editora Moderna, 1999.

MARKATOS, et al. **Paul of Aegina (625e690): His Work and His Contribution to Neurologic Surgery: Trephinations and Laminectomies in the Dark Ages**. *Historical Vignette Rev.* 2017. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29054775/> >. Acesso em: 19 de Nov. 2024.

MAYBURY, Nigel Keith. **Surgery: unfamiliar history**. Austin Macauley Publishers, 2022.

MITCHELL, Piers D. **Trauma and Surgery in the Crusades to the Medieval Eastern Mediterranean**. University of London. Thesis Submitted for M.D. Degree, 2002. Disponível em: < <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10103051> >. Acesso em: 20 de Nov. 2024.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: Textos e Testemunhas**. São Paulo: UNESP, 2000.

PUGLIESE, Gabriel. Higiene e a reinvenção da dietética: a economia política da vida na medicina luso-brasileira da passagem do século XVIII para o XIX. **Anuário Antropológico [Online]**, v.45 n.1 | 2020, posto online no dia 27 janeiro 2020, consultado o 14 maio 2025. URL: <http://journals.openedition.org/aa/4974>; DOI: Disponível em <https://doi.org/10.4000/aa.4974> , Acesso em 10 de Fev. 2025.

RILEY-SMITH, Jonathan. **As Cruzadas: uma história**. Editora: Ecclesiae; 1ª edição, 29 julho, 2019.

TIMLIN, W. A. **The Economics of the Crusades**. New York: Routledge, 2015.

VIEIRA, Ana Vitória. História da Medicina Medieval: Uma Revisão das Pesquisas Recentes sob o espectro da História Global (2018-2023). **Em Tempo de Histórias, [S. l.]**, v. 23, n. 44, p. 68–86, 2024. DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.55439. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/55439>. Acesso em: 14 maio. 2025.



CONCLUSÃO

Nosso estudo enfatizou a importância de uma abordagem interconectada para compreender os processos e fases de transformação da medicina em certos períodos, como a Idade Média e a Era Moderna. Observamos isso nas práticas médicas medievais, que foram influenciadas por interações culturais entre diferentes regiões, indo além das análises tradicionais centradas em contextos nacionais ou regionais isolados (Vieira, 2023).

A higiene se desenvolveu como um saber médico na transição do século XVIII para o XIX, especialmente no contexto luso-brasileiro. A higiene apropriou-se de conceitos do vitalismo e do neo-hipocratismo para atender às demandas da nascente economia política, transformando-se em uma “tecnologia do sujeito”. A dietética tornou-se um instrumento central nesse processo, visando prolongar a vida e promover a saúde como um bem coletivo e individual (Pigliese, 2020).

A análise da medicina medieval, especialmente à luz da História Global, revela que as práticas de higiene estavam profundamente enraizadas nas concepções culturais, religiosas e ambientais da época. A ideia de limpeza não era apenas física, mas simbólica, ligada à pureza espiritual e à ordem social. Os saberes médicos eram fortemente influenciados pela tradição greco-romana, adaptada pelas interpretações árabes e cristãs. Nesse contexto, os banhos públicos, as práticas dietéticas e os cuidados com o corpo refletiam valores coletivos, ainda que muitas vezes em desacordo com a ciência moderna. A higiene, portanto, era praticada com base em crenças cosmológicas e morais. Seu papel era mais preventivo do que curativo, e muitas vezes integrava-se ao cotidiano com forte caráter ritualístico (Vieira, 2023).

Com o passar dos séculos, especialmente entre os séculos XIV e XVII, a Europa passou por profundas transformações sociais, como a urbanização e as grandes epidemias, que alteraram significativamente a forma como a higiene era compreendida e praticada. A peste negra, por exemplo, forçou a revisão de práticas de saneamento e impôs novas formas de controle social baseadas na separação dos

corpos doentes. Surgiram regulamentos municipais voltados à limpeza das cidades e ao isolamento de infectados, antecipando os dispositivos modernos de saúde pública. A medicina, ainda fortemente ligada à astrologia e aos humores corporais, começou a se abrir para interpretações com base em experimentos científicos observáveis. Mesmo assim, as práticas de higiene permaneciam fragmentadas, muitas vezes conflitantes com os hábitos religiosos e a desconfiança popular. Ainda havia pouca distinção clara entre o sujo e o limpo nos moldes atuais (Vieira, 2023).

Já na transição para a Era Moderna, entre os séculos XVIII e XIX, houve uma verdadeira transformação no pensamento médico, que repercutiu diretamente nas concepções e práticas de higiene. Com o avanço das ciências naturais e o fortalecimento do método científico, a medicina passou a compreender o corpo humano como uma máquina passível de estudo empírico e controle. A higiene então foi reformulada como um campo específico do saber médico, com forte ênfase na prevenção de doenças e na promoção da saúde pública. Esse processo esteve profundamente ligado ao desenvolvimento dos Estados-nação, que viam na medicina e na higiene instrumentos para disciplinar e administrar suas populações. O corpo limpo tornou-se um ideal de civilidade e progresso, afastando-se das antigas crenças religiosas que dominavam a Idade Média (Vieira, 2023).

Portanto, as transformações da higiene entre a Idade Média e a Era Moderna refletem não apenas mudanças científicas, mas também alterações profundas nas estruturas sociais, políticas e culturais. Enquanto na Idade Média a higiene era permeada por significados espirituais e coletivos, na modernidade ela assumiu um caráter técnico, individual e estatal. Essa mudança só pode ser plenamente compreendida quando analisada em chave global, como propõe a pesquisadora Ana Vitória Vieira, revelando a multiplicidade de influências entre culturas ocidentais e orientais. A história da medicina e da higiene, sob essa ótica, deixa de ser linear e eurocêntrica, passando a ser vista como um processo dinâmico de trocas e reelaborações. Assim, entender essas transformações é essencial para pensar criticamente a medicina contemporânea e seus fundamentos históricos (Vieira, 2023).